

Nº da Ordem de Serviço: **01/2020/GERAS/COLIC**

Data de Emissão: **20 / 01 /2020**

CONTRATANTE:

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS

CNPJ: 73.759.185/0001-96

CONTRATADA:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

INSTRUMENTO CONTRATUAL

Ordem de Serviço

VIGÊNCIA DA APÓLICE

24:00 de 22 / 01 /2020 a

24:00 de 22 / 01 /2021

GERENTE

GERENTE DE
ADMINISTRAÇÃO E
SUPRIMENTOS

FISCAL

COORDENADORA DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRAZOS: DATA DE INÍCIO: 24:00h de 22/01/2020

DATA DE TÉRMINO: 24:00h de 22/01/2021

☐ ESTIMADO

☐ GLOBAL

VALOR DA ORDEM

R\$ 4.899,00

OBJETO: Seguro compreensivo empresarial, para o prédio localizado Av. Washington Soares, nº 6475 – Bairro José de Alencar, Fortaleza – Estado do Ceará, em conformidade com a Cláusula Oitava do contrato de locação, que compreende coberturas contra incêndio, queda de raio, explosão, vendaval, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo – Termo de Referência.


Autorizamos a Contratada a executar essa ordem de serviço de acordo com a Cotação Eletrônica nº 2020/00071, com base no inciso II, art. 29 da Lei 13.303/2016, do processo administrativo nº 00229403/2020 e na proposta apresentada pela contratada.



Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Diretor Presidente - CEGÁS


Fábio Augusto Norcio
Diretor Administrativo e Financeiro - CEGÁS


Neide Oliveira Souza
Procuradora
Porto Seguro Companhia de Seguros
Gerais


Roberto de Souza Dias
Procurador
Porto Seguro Companhia de Seguros
Gerais


NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-51


VICTOR HUGO ROMIO
Procurador
RG: 29.725.337 SSP/SP
CPF: 213.081.258-95

CONDIÇÕES GERAIS DE SERVIÇO/PAGAMENTO

1.0 - Observações Gerais:

1.1 - Os serviços objeto desta Ordem deverão ser executados nas condições de fornecimento aqui estabelecidas e de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2 - Para qualquer esclarecimento a Contratada deverá entrar em contato com a Gerência de Administração e Suprimentos da CEGÁS, através do telefone (085) 3266.6900.

2.0 – Da Emissão da Apólice:

2.1 – A apólice deverá ser emitida em até 30 dias contados a partir da vigência do seguro indicada nesta ordem.

2.2 – Local para envio da apólice, Avenida Washington Soares, nº 6475 - Bairro José de Alencar – CEP: 60.830-005, Fortaleza – CE.

3.0 - Pagamentos:

3.1 - O pagamento será efetuado mediante apresentação de boleto, após a apresentação da Apólice do seguro, devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante conta corrente ou boleto em nome da Contratada, preferencialmente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO ou no banco indicado pela Contratada.

3.2 - Deverão ser apresentadas as Certidões de Regularização Fiscal junto Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidão Negativa de Falência. O pagamento ficará condicionado à apresentação dos documentos relacionados.

3.3 - Caso seja constatado algum atraso na apresentação ou alguma irregularidade na documentação do item 2.1, bem como a não apresentação da documentação relacionada no item 3.2, o pagamento ficará suspenso e a data de vencimento será postergada, contando-se o prazo de pagamento a partir da data da apresentação dos documentos regulares.

3.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

3.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

3.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

4.0 – Fiscalização:

4.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente de Administração e Suprimentos como Gerente e o Coordenador de Licitações e Contratos como fiscal, especialmente designados para este fim pela contratante, doravante denominado simplesmente de GESTORES.

5.0 – Penalidades:

5.1 - Caso a LICITANTE adjudicatária se recuse a assinar o instrumento contratual ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita às seguintes cominações, independentemente de outras sanções previstas na Lei 13.303/2016:

5.1.1. Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da sua Proposta Vencedora, em caso de recusa de assinar o instrumento contratual ou documento hábil;

5.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA, nos termos do art. 83 da Lei Nº 13.303/16, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

5.2.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência;

d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CEGÁS.

5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5.4. A multa a que porventura a contratada der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

5.5. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da CEGÁS. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução, ou outro meio adequado à liquidação do débito.

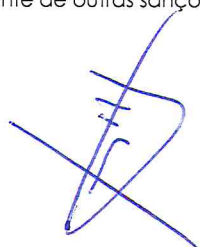
5.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS

5.7. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

6.0 – Rescisão:

6.1. A inexecução total ou parcial deste instrumento contratual e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nas hipóteses abaixo, será causa para sua rescisão, conforme disposto no art. 135 e seguintes, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

I - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



II - a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade do serviço, no prazo estipulado;

III - o atraso injustificado no início do serviço;

IV - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

V - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não comunicadas e aceitas pela CONTRATANTE;

VI - o descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

XII - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XIII - a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local para o serviço, nos prazos contratuais;

XIV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

6.2. A rescisão deste instrumento contratual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, podendo ser:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

II - judicial, nos termos da legislação;

III - por interesse da administração, mediante justificativa exarada pelo Diretoria Executiva da CONTRATANTE.

6.2.1. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XI a XIV do subitem anterior, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta terá direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução deste contrato até a data da rescisão;

6.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, observada a alteração da vigência contratual, quando necessária.

6.4. A rescisão deste instrumento contratual, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste contrato, permite à CONTRATANTE:

I - executar a garantia contratual, no caso se houver, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela CONTRATADA;

II - reter créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

6.4.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, independentemente de culpa da CONTRATADA, a rescisão deste contrato possibilita à CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

7.0 - Do prazo de vigência do seguro

7.1. O prazo de vigência do seguro será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data constante na apólice de seguro.

8.0 - Da Matriz de Riscos

8.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

8.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na tabela Eventos Matriz de Riscos, o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

8.2.1. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao CONTRATADO. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o CONTRATADO do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

8.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no item 5.0 - Penalidades.

8.2.3. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos na tabela Eventos Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente ao CONTRATADO, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo CONTRATADO.

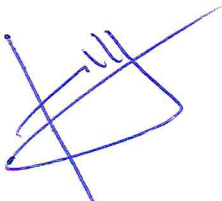
8.3. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em prazo hábil.

8.3.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

8.3.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

8.3.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro.

8.3.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os



efeitos foram tomadas e, mesmo assim, a manutenção do Contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes, ou for excessivamente onerosa.

8.3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

8.4. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos na tabela Eventos Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato.

EVENTOS MATRIZ DE RISCOS				
ITEM	TIPO DE RISCO	MOTIVO	RESPONSABILIDADES	
			CONTRATADO	CEGÁS
1	ATRASO NO INÍCIO, NÃO REALIZAÇÃO, REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE OU PARALIZAÇÃO DAS ENTREGAS PROGRAMADAS	DEVIDO À INTEMPERIES	X	
2	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO EM VIGOR	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO VIGENTE POR OUTRA EMPRESA CAUSANDO PARALIZAÇÃO DO CONTRATO EM ANDAMENTO.		X
3	FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS PELO CONTRATADO, QUE NÃO ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO EDITAL PELO CONTRATANTE.	MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS E CONTRATUAIS.	X	
4	ATRASO NO PAGAMENTO DO OBJETO	PROBLEMA COM FLUXO DE CAIXA DA CONTRATANTE.		X
5	ATRASO NO PAGAMENTO DO OBJETO.	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM CONTRATO PARA	X	

		PAGAMENTO.		
6	CUSTOS DE AÇÕES TRABALHISTAS E/OU PREVIDENCIÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.	CUSTOS DE CONDENAÇÕES NO PAGAMENTO DE AÇÕES TRABALHISTAS OU PREVIDENCIÁRIAS DE PROFISSIONAIS DO CONTRATADO E/OU SUB-CONTRATADOS	X	
7	ATRASO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO	ATRASO POR PARTE DO CONTRATANTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DO PROJETO.		X
8	NÃO INÍCIO OU PARALIZAÇÃO DAS ENTREGAS CONTRATADAS.	PROBLEMAS COM SUPRIMENTOS DE INSUMOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, PESSOAL CAPACITADO, ETC. RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO, NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO.	X	
9	ATRASO NO ENCERRAMENTO DAS ENTREGAS CONTRATADAS.	ATRASO POR PARTE DO CONTRATADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PELO CONTRATANTE: RELATÓRIO TÉCNICO, CHECK LIST, ETC.	X	
10	OCORRÊNCIA DE INCIDENTES OU ACIDENTES NO TRANSCORRER DO CONTRATO.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, NORMAS REGULAMENTADORAS, PADRÕES DE SMS DA CONTRATANTE, ETC., PODENDO CAUSAR OU CAUSANDO INCIDENTES/ACIDENTES.	X	

11	PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, PELA CONTRATAÇÃO OU ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE CONDIÇÕES DE RISCOS GRAVE E IMINENTES AOS TRABALHADORES, MEIO AMBIENTE OU COMUNIDADE.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO E AMBIENTAL.	X	
----	---	--	---	--

9.0 - Natureza Contratual:

9.1. Fica estabelecido que esta Ordem de Serviço tem natureza contratual, valendo a assinatura do Fornecedor abaixo como aceitação plena, irrestrita e irrevogável das condições aqui impressas.

10.0 - Recibo:

10.1. Recebemos da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS a primeira via da Ordem de Serviço nº 01 e concordo (amos) com as Condições Gerais de Serviço acima impressas.

11.0 - Foro:

11.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste termo, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

